



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo Nº 18498/2024

O presente objeto tem por finalidade a contratação de solução para serviços de fornecimento de carga de gás liquefeito de petróleo e cilindro vazio.

Santa Luzia/MG, dezembro de 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Referência: Artigo 3º - inciso I – Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo administrativo Nº 18498/2024 – O presente objeto tem por finalidade contratação de solução para serviços de fornecimento de carga de gás liquefeito de petróleo e cilindro vazio.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente aquisição visa à contratação de solução para serviços de fornecimento de carga de gás liquefeito de petróleo e cilindro vazio, visto que o gás GLP é essencial para garantir a Manutenção da Gerência de Alimentação Escolar e o funcionamento do serviço de merenda escolar nas unidades de ensino de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. A aquisição desse gás de forma regular e confiável assegura a continuidade das atividades acadêmicas sem interrupções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

2.1. Motivação/Justificativa

A execução da Política Nacional de Educação tem em seu escopo estratégico a garantia da oferta pedagógica aos cidadãos brasileiros de educação básica, objetivo este que perpassa pela garantia de condições mínimas para usufruto das atividades escolares. Neste sentido, a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, institui o Plano Nacional de Alimentação Escolar, em que estabelece o fornecimento de alimentação para estudantes das Redes Públicas de Ensino no recorte da Educação Básica. A Secretaria Municipal de Educação, através da Gerência de Alimentação Escolar, visa fornecer alimentação escolar em todas as unidades escolares, o que significa a aquisição e gestão dos insumos, planejamento, preparação e oferta da merenda. Desta forma, o fornecimento de gás liquefeito de petróleo é fundamental para a viabilização do serviço e confecção dos cardápios para atendimento dos estudantes.

Os municípios atuam no ensino fundamental e na educação infantil (§3º, Art. 211, CF/88), de forma a oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental (Inciso V, Art. 11, LDB). Nesse contexto, considerando que o dever do Poder Público com a educação escolar pública é efetivado mediante a garantia, dentre outras, de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Inciso VII, Art. 208, CF/88; e Inciso VIII, Art. 4º, LDB), compreende-se que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Poder Público (Art. 3º, Lei 11.947/2009).

Nesse sentido e também em cumprimento ao que estabelece o Inciso I, do Art. 17, da Lei nº 11.947/2009, os municípios são os responsáveis constitucionais e legais em garantir a oferta da alimentação escolar aos estudantes da educação básica pública, em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo, e, para tal, devem fornecer recursos financeiros, materiais e humanos suficientes para cumprir as diretrizes da alimentação escolar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

O PNAE é um eixo fundamental para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional no país, calcado no emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis.

Sendo assim, faz-se necessária a aquisição de gás de cozinha para fabricação da alimentação dentro de cada unidade escolar. O gás é um insumo imprescindível na produção da alimentação ofertada aos alunos matriculados nas escolas municipais, UMEI's e instituições conveniadas.

Tendo em vista a necessidade do gás de cozinha para atender os servidores públicos, a demanda da Secretaria Municipal de Educação também está incluída. O gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido popularmente como "gás de botijão" é a forma mais comum utilizada para o cozimento de alimentos. Os botijões de gás são comumente encontrados em duas capacidades principais: 13 kg e 45 kg. O botijão de 13 kg é o mais comum e amplamente utilizado, é relativamente fácil de manusear, pois são portáteis e podem ser facilmente trocados ou recarregados. O botijão de 45 kg é maior e destinado aos locais que consomem uma quantidade maior de gás, fornecem uma capacidade maior de armazenamento de GLP e geralmente são utilizados com um sistema de regulação. Como o gás é utilizado principalmente nas escolas para a preparação dos alimentos, visando o pleno funcionamento das atividades, atendendo a todos os servidores e usuários constata-se a necessidade de adquirir as cargas de gás para dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos pela Administração.

Considerando que a alimentação escolar é um direito constitucional dos estudantes da educação básica, faz-se necessária a aquisição de gêneros alimentícios e insumos para a garantia de atendimento desse direito aos estudantes matriculados, visando à manutenção do fornecimento de refeições em todas as modalidades (creche, pré-escola, fundamental, educação de jovens e adultos e atendimento escolar especializado). Essa demanda tem a necessidade de fornecer



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

refeições balanceadas nutricionalmente e seguras, como constituintes da alimentação aos seus estudantes nas refeições (desjejum, lanche da manhã, almoço, merenda, lanche da tarde e jantar) de acordo com a cultura regional. O objetivo é contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes, bem como pela promoção da formação de hábitos alimentares saudáveis. A previsão contempla todos os estudantes matriculados nas escolas municipais, nas Unidades Municipais de Educação Infantil e nas Instituições conveniadas, durante o ano de 2025.

3. ÁREA REQUISITANTE

Identificação da área requisitante e dos respectivos responsáveis:

Identificação da Área requisitante	Nome do responsável
Gerência de Alimentação Escolar	Denise Cristina Batisteli Mateus

4. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

A necessidade de negócio se concentra em garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente para atender às demandas da comunidade. Isso pode incluir a implementação de políticas de manutenção eficazes, alocação de orçamento adequado para o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP). A definição dos requisitos da contratação para o fornecimento de gás, com oferta de cilindros, destinam-se a selecionar a solução mais alinhada ao interesse público, com ênfase em critérios de sustentabilidade, observância das legislações e regulamentações aplicáveis, além de padrões mínimos de qualidade e desempenho que assegurem o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação. A escolha criteriosa dos requisitos se destina a propiciar um processo licitatório competitivo, transparente e que promova o desenvolvimento sustentável, em alinhamento com os princípios da Lei 14.133/2021.

A licitante deverá atender às exigências estabelecidas na legislação vigente, no edital da licitação e em seus anexos e cumprir todos os requisitos para participar do certame, desde os credenciamentos no portal Compras



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Governamentais, da participação da sessão pública no dia e horário agendado para o envio das propostas de preços e dos documentos de habilitação pertinentes.

Requisitos Gerais:

Atendimento às especificações técnicas e padrões de qualidade detalhados, garantindo a segurança e a usabilidade dos equipamentos e materiais em diferentes condições de uso.

Conformidade com as normas técnicas aplicáveis a cada tipo de equipamento e material.

Facilidade de manuseio e armazenamento dos materiais, sem necessidade de infraestrutura especial ou conhecimentos técnicos avançados para sua utilização.

O fornecedor deverá manter os equipamentos e as instalações objeto deste Estudo Técnico Preliminar em perfeitas condições de funcionamento e segurança, por meio de manutenções permanentes, preventivas e corretivas, executando-as com pessoal técnico comprovadamente qualificado, sem qualquer despesa adicional para a CONTRATANTE, incluindo toda a mão-de-obra necessária à execução dos serviços.

Requisitos Legais:

Aderência completa à Lei 14.133/2021 e outras normativas pertinentes ao processo licitatório na contratação pública.

Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos fornecedores.

Respeito às disposições relacionadas ao tratamento diferenciado e simplificado para ME e EPP, conforme Art. 4º da Lei 14.133/2021.

Requisitos de Sustentabilidade:

Os critérios de sustentabilidade exigidos neste Documento de Formalização de Demanda estão (arts. 5º e 11 da Lei Federal n. 14.133/2021, c/c art. 7º, XI, da Lei Federal n. 12.305/2010);

Vale ressaltar que o GLP por ter uma alta capacidade de produzir calor e energia, ele apresenta um ótimo desempenho, permitindo produzir mais sem gastar tanto combustível. Além de ajudar a economizar, essa qualidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

contribui para o potencial sustentável do GLP, já que não há desperdício.

Ao contrário de outras fontes de energia comumente utilizadas na indústria, como a lenha, o GLP produz uma queima limpa, sem resíduos nem emissão de fumaça ou fuligem. Sua combustão não polui a atmosfera, o solo ou os mananciais.

Outro ponto importante de se ressaltar é que os gases que compõem o GLP (basicamente o butano e o propano) também não participam do temido efeito estufa, que tem gerado tanta preocupação nas últimas décadas.

Além disso, a queima do GLP não libera gás carbônico, o que é importante porque não interfere nos processos de fotossíntese que geram o oxigênio necessário à vida na Terra. Ela também gera menos poluentes do que outros combustíveis fósseis.

Recomenda-se que o licitante fabricante e/ou fornecedor atenda aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2 e também com baixo consumo de energia no processo de produtivo;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- Observância de práticas que minimizem o impacto ambiental tanto no que se refere a produção quanto a logística de entrega dos materiais.
- Fornecimento de itens passíveis de manutenção ou reparo, visando prolongar sua vida útil e reduzindo a necessidade de novas aquisições.
- Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

- A empresa contratada deverá apresentar Termo de Compromisso para receber aqueles materiais vencidos ou não utilizados, de acordo com o instrumento de logística reversa definido na Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e Decreto nº 7.404/ 10, se for o caso.
- Para o Gás GLP a Granel, o licitante deverá apresentar CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DE DISTRIBUIDOR GLP válido, emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
- O Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) deverá ser transportado em veículos apropriados e a empresa fornecedora deverá apresentar as devidas certidões conforme legislação da ANP e Inmetro. O transporte deverá ocorrer em conformidade com o Manual de Transporte Fracionado de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP na ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis);

Requisitos da Contratação:

Capacidade do fornecedor de atender a demanda estimada com o intervalo necessário para reposição dos materiais, evitando a interrupção.

Com o intuito de atender as necessidades específicas pela Secretaria de Educação, a contratação deverá observar os requisitos essenciais supramencionados, evitando-se a inclusão de exigências além do necessário para não restringir a competitividade. Todos os requisitos aqui estabelecidos são fundamentais para o atendimento do objeto desta licitação, sem superestimarem o necessário, possibilitando assim a ampla participação de potenciais fornecedores no processo licitatório.

O objeto deverá ter a garantia mínima de 90 (noventa) dias ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao mencionado, sem custo à Administração.

4.1 DA NATUREZA CONTINUADA OU NÃO DO FORNECIMENTO

O serviço de fornecimento de gás GLP caracteriza-se como sendo de natureza continuada por se tratar de elemento imprescindível para o preparo da merenda escolar. A aquisição desse gás de forma regular e confiável assegura a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas sem interrupções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

4.2 VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21, a contar da data de sua assinatura.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Considerando que o município de Santa Luzia atende 09 Unidades Municipais de Educação Infantil, 27 Escolas Municipais, 01 Centro de Educação Integral e 13 instituições conveniadas, os quantitativos foram estimados de acordo com as projeções de consumo de cada item para o ano de 2025, com base no histórico de consumo dos últimos cinco anos.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) – cilindro P13	Unidade	1.200
02	Aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) – cilindro P45	Unidade	1.000
03	Aquisição de cilindro P13 vazio. Dimensões 360mm de diâmetro X 460 mm de altura	Unidade	10
04	Aquisição de cilindro P45 vazio. Dimensões: 380 mm de diâmetro X 1280 mm de altura.	Unidade	10

6. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

Id	Solução (ou cenário)
01	Aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionado em cilindros P13 e P45 com entrega parcelada nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

	unidades de ensino.
02	Construção de local apropriado para armazenamento e distribuição de recipientes GLP na sede da Prefeitura.

Id	Solução (ou cenário)
01	<p>Contratação de empresa especializada em fornecimento com entrega parcelada e continua sob demanda de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionado em cilindros P13 e P45.</p> <p>Descrição:</p> <p>O fornecimento é realizado ponto a ponto, facilitando o rápido atendimento nas unidades escolares.</p> <p>A empresa deverá possuir local apropriado, garantindo a segurança dos produtos e das pessoas.</p> <p>Todos os custos são de responsabilidade do fornecedor: operacionalização, recursos humanos, transporte do objeto licitado.</p>
02	<p>Construção de local apropriado para armazenamento e distribuição de recipientes GLP na sede da Prefeitura.</p> <p>Descrição:</p> <ul style="list-style-type: none">- Elaboração de projeto básico e executivo;- Contratação de empresa para construção e execução do projeto;- Treinamento da equipe que irá trabalhar com o armazenamento e distribuição dos recipientes;- Veículos apropriados para transporte dos recipientes para as unidades escolares.- Aquisição dos cilindros. <p>A Solução se mostra desvantajosa pelos seguintes motivos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Para execução do projeto demandaria tempo;- Treinamento apropriado para os funcionários que irão ficar responsáveis pelo armazenamento e distribuição;- Os custos com a construção, treinamento e estruturação para o armazenamento dos cilindros.

7. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

Com o intuito de identificar o valor do objeto e os custos adicionais envolvidos nas Soluções identificadas, realizamos pesquisas mercadológicas preliminares utilizando consultas ao Banco de Preço e contratações com outros órgãos públicos juntado aos autos.

Solução	Vantagem	Desvantagem
Solução 1: Contratação de	Redução do custo de aquisição dos equipamentos;	Ao longo do tempo, os custos da contratação de empresa para fornecimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

<p>empresa especializada em fornecimento de gás GLP</p>	<p>Não há custo com projeto básico e construção de instalações para armazenamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Possibilidade de rápida substituição de equipamento avariado; · Evita o investimento contínuo com a atualização constante de equipamentos e tecnologias; · O fornecimento de gás através de contratação de empresa pode ser vantajosa para atender às demandas imediatas, sem aguardar processos de compra mais demorados; · Menor custo com a manutenção de equipamentos, considerando que todas estas despesas estão inclusas nos contratos existentes no mercado. · A contratação gera documentação formal e registros que poderão ser utilizados para a prestação de contas e auditorias, contribuindo para a transparência e garantindo legitimidade das transações reduzindo os riscos de corrupção; 	<p>e distribuição de gás podem superar o valor de construção de local para armazenamento e distribuição, especialmente se os equipamentos forem utilizados por um período prolongado;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Dependência de fornecedores para o fornecimento pode resultar em vulnerabilidade caso ocorram atrasos nos serviços ou indisponibilidade de equipamentos; · Dificuldade de conseguir empresas que atendam especificação técnica exigida com tecnologia de alto fluxo e aos critérios de sustentabilidade. · Ao optar pelo fornecimento, a entidade não se torna proprietário dos equipamentos;
<p>Solução 2: Construção de local para armazenamento e distribuição de recipientes GLP</p>	<ul style="list-style-type: none"> · A construção de local para armazenamento e distribuição proporcionará maior autonomia na gestão do fornecimento de gás GLP, reduzindo custos com entregas externas e otimizando o controle de estoque. · A estruturação para armazenamentos e distribuição, promove a competição entre fornecedores, o que pode resultar em melhores ofertas e preços mais competitivos para o objeto desejado, pois a quantidade adquirida será considerável gerando ganho em produção em escala; <p>Após a construção do local para armazenamento o município segue o processo para aquisição dos recipientes GLP;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Os critérios de avaliação estabelecidos no processo de aquisição pública permitem uma seleção baseada em méritos objetivos, como preço, qualidade e conformidade com especificações técnicas e período mínimo de garantia; · O processo de aquisição pública geralmente exige que os fornecedores atendam a padrões de qualidade predefinidos, assegurando que os equipamentos adquiridos sejam novos e atendam aos requisitos mínimos estabelecidos, além de incentivar a introdução de novas tecnologias existentes no mercado contemporâneo e determinando garantias e condições contratuais como suporte, treinamento e manutenção adequada aos equipamentos adquiridos; · A aquisição gera documentação formal e registros que poderão ser utilizados para a prestação de contas e auditorias, contribuindo para a transparência e garantindo legi- 	<p>Nesta solução geralmente requer um investimento significativo, uma desvantagem. É importante salientarmos que o objeto a ser adquirido será de propriedade do Município de Santa Luzia. Portanto, ficando a cargo da Administração a gestão e custo das seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de projeto básico e executivo; • Contratação de empresa para construção e execução do projeto; • Gestão da Manutenção corretiva e preventiva; • Reposição de Peças; • Gestão dos cilindros para recargas; • Gestão de insumos • Consumo energético; • Mão de obra qualificada <p>· A aquisição em órgãos públicos pode ser burocrática e demorada. Isso pode atrasar a obtenção dos equipamentos necessários, afetando a continuidade dos serviços prestados aos munícipes;</p> <p>· Além do custo inicial, os equipamentos geralmente implicam despesas contínuas com manutenção, operação e depreciação. Isso pode incluir custos de reparo, treinamento de pessoal e despesas operacionais ao longo do tempo.</p> <p>· A aquisição dos equipamentos exige conformidade rigorosa com normas e regulamentações específicas. O não cumprimento dessas diretrizes pode levar a complicações legais e problemas</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

	timidade das transações reduzindo os riscos de corrupção;	de conformidade. O prazo para construção e execução do projeto pode ser outro ponto de desvantagem, existem muitos fatores que podem atrasar uma obra comercial: - Demora no licenciamento da obra - Problemas com fornecedores - Falta de mão de obra especializada - Logística deficiente na obra comercial - Mau tempo, De fato, as chuvas podem atrapalhar muito o trabalho na construção civil, Outro fator é as licenças necessárias para o funcionamento que podem ser burocráticas e demoradas;
--	---	--

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

Após análise minuciosa a **Solução nº 2** se mostrou inviável, pois o custo inicial é elevado, o que poderia prejudicar a saúde financeira do município.

Na estrutura atual do município o estoque de botijões não é uma opção. Uma vez que não há espaço físico de acordo com a Instrução Técnica Nº 023 do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Durante os anos anteriores, os fornecedores eram distribuidoras de gás. Estas possuem local apropriado, garantindo a segurança dos produtos e das pessoas. Uma vez que as empresas seguem todas as normas atuais. Além disso, o fornecimento é realizado ponto a ponto, facilitando o rápido atendimento nas unidades escolares.

Analisando as alternativas disponíveis a **Solução nº 1** se mostrou mais vantajosa para atender a necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, uma vez que a empresa fará a operacionalização, incluindo o recurso humano e transporte para todas as entregas, trazendo assim economicidade e eficiência para o município.

De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto 11.462, de 2023, os bens a serem contratados na modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, tipo menor preço, visando eventual aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

(Troca por Botijão GLP 13 e 45 kg cheios), enquadram-se na classificação de bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

9. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) – cilindro P13	Unidade	1.200	R\$ 122,3200	R\$ 146.784,00
02	Aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) – cilindro P45	Unidade	1.000	R\$ 411,3900	R\$ 411.390,00
03	Aquisição de cilindro P13 vazio. Dimensões 360mm de diâmetro X 460 mm de altura	Unidade	10	R\$ 201,5967	R\$ 2.015,9670
04	Aquisição de cilindro P45 vazio. Dimensões: 380 mm de diâmetro X 1280 mm de altura.	Unidade	10	R\$ 818,4775	R\$ 8.184,7750
TOTAL:				R\$ 568.374,7420	

10. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Ao optar pela contratação da **Solução Viável nº 1**, a Equipe de Planejamento da Contratação possibilitará o rápido atendimento às demandas da Secretaria de Municipal de Educação, como também, às necessidades de fornecimento de gás GLP, garantindo a continuidade dos serviços públicos de educação no município.

Além do processo de fornecimento de gás ser mais rápido que o de instalação e estruturação de local para armazenamento de distribuição do gás, o fornecimento permitirá o atendimento das necessidades de forma mais ágil e assertiva, sem esperar longos prazos para implantação de estrutura.

A solução atenderá a demanda institucional com amplitude, compatibilidade e especificidade tanto para atender as capacidades técnicas necessárias para operacionalizar com eficiência, garantindo a continuidade das operações e a economicidade.

Outro ponto que merece destaque é que com o registro de preços, facilita o controle de estoque e evita vencimento ou danificação dos materiais que eventualmente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

não forem utilizados. Assim, somente será utilizando recurso financeiro necessário para atender a demanda.

Também se mostrou a mais vantajosa, tendo em vista atender necessidades contínuas recorrentes, mas não diárias, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação.

A aderência aos princípios de igualdade, planejamento, transparência, economicidade e competitividade, nos termos do art. 5º, foi fundamental para a consolidação da solução como a mais adequada, uma vez que garante não apenas a seleção do fornecedor mais vantajoso em termos econômicos, mas também a promoção de um ambiente íntegro e confiável para as licitações públicas e contratações, conforme exigências estabelecidas nos arts. 11 e 12 da Lei 14.133/2021.

11. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

As condições fiscais e orçamentárias do Município fazem com que a **Solução nº 1**, que contempla a realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços – SRP, para fornecimento de gás GLP, seja viável pela economia no valor da aquisição em função do ganho de escala, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos em função da redução da fragmentação de processos licitatórios e efetividade com padronização dos materiais.

A solução escolhida trará redução de custos iniciais, eliminando a necessidade de grandes desembolsos, já que a administração pública fará aquisição somente do que precisar e receberá diretamente nas unidades de ensino do município.

Frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Os resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis são os seguintes:

I - Com esta contratação, pretende-se assegurar o fornecimento de gás GLP ao centro de processamento de merenda e as unidades de ensino do município;

II - Com a presente contratação a instituição almeja, ainda, alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

- Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da compra centralizada;
- Aumento na eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas; maximização dos resultados da governança administrativa;
- Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.
- Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
- Garantir o fornecimento de materiais de qualidade, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;

Assegurar que a Prefeitura de Santa Luzia mantenha sua capacidade de produção e condições de fornecer refeições balanceadas nutricionalmente, harmonizadas, regionalizadas e seguras higienicamente para todos os alunos matriculados.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação, pois após conclusão do presente Estudo Técnico Preliminar foram analisadas as alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos. Portanto, concluímos pela contratação de empresa para fornecimento de gás GLP, uma vez considerados os potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência e efetividade. Em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, pelo que recomendamos o prosseguimento da licitação para esta contratação.

14.1 JUSTIFICATIVA

Conforme inciso XIII do art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME que dispõe sobre a elaboração dos ETPs, onde foi demonstrada e analisada sua real necessidade, concluiu-se pela viabilidade da contratação da **Solução nº 1**, considerando as questões orçamentárias e a disponibilidade de empresas consolidadas no ramo de fornecimento de gás GLP, para a Administração Pública Municipal, visando à garantia da produção de merenda escolar.

Considerando a evidente necessidade do gás para fazer frente às demandas da Secretaria Municipal de Educação, e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas da presente aquisição, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida.

15. RESPONSÁVEIS INTEGRANTES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome: Adriano Nunes Bernardes

Cargo: Secretário Executivo

Assinatura:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Nome: Denise Cristina Batisteli Mateus

Cargo: Nutricionista

Assinatura:

Nome: Joice de Oliveira Campos

Cargo: Coordenadora de Compras

Assinatura:

16. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SEGES Nº 058, de 08 de agosto de 2022.

AUTORIDADE MÁXIMA DA SECRETARIA REQUISITANTE

Sérgio Mendes Pires
Secretário de Educação

Santa Luzia, 23 de dezembro de 2024.